Bolsas — Na sexta-feira: 0,77% São Paulo; 1,00% Nova York

Pontuação B3 — Ibovespa nos últimos dias: 109.929 (23/5, 24/5, 25/5) 110.905 (26/5)

Dólar — Na sexta-feira: R$ 4,988 (- 0,93%)

Últimos	
22/maio	4,971
23/maio	4,972
24/maio	4,954
25/maio	5,035

Salário mínimo — R$ 1.320

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 5,353

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,64%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71
Abril/2023	0,61

CONSUMO

Juro alto trava plano de carro mais barato

Custo elevado dos financiamentos reduz vantagem que o comprador pode ter com cortes de impostos sobre veículos novos

» RAFAELA GONÇALVES

Apesar das medidas anunciadas pelo governo para reduzir o preço dos carros populares, há outro obstáculo para quem sonha em comprar um veículo: os juros altos. Poucas pessoas atualmente conseguem se planejar para comprar um automóvel à vista, e quem depende de financiamento viu o custo saltar nos últimos dois anos.

De acordo com o Banco Central, o juro médio para financiamento de veículos foi de 2,10% em abril, o equivalente a 28,32% ao ano. Em 2021, a taxa média das instituições financeiras na modalidade era de 1,63% ao mês, ou 21,75% ao ano. A disparada ocorreu em meio a elevação da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75%.

Hoje, os automóveis zero mais em conta encontrados no mercado são os modelos Renault Kwid e Fiat Mobi, vendidos por R$ 68.990. O governo dará descontos em tributos para as montadoras como IPI e PIS/Cofins. As reduções nos preços finais vão variar de 1,5% a 10,96%, a depender de critérios como preço, eficiência energética e densidade industrial.

A expectativa, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), é que a redução de impostos baixe o preço inicial de carros compactos com motor 1.0 para uma faixa abaixo dos R$ 60 mil. Considerando o valor projetado e uma entrada de 10% à vista, uma simulação feita pelo **Correio** mostra que o preço do veículo pode subir 60% com os juros para o parcelamento em 48 meses, opção mais viável, tendo em vista a parcela mensal de R$ 1.891,92.

O motorista de aplicativo Breno Gustavo Frederico de Aguiar, de 25 anos, está há mais de um ano pesquisando preços para comprar um carro próprio. Quando começou a trabalhar como motorista, ele vendeu o seu veículo, que já tinha mais de 10 anos de uso, e, desde então, tem trabalhado com um carro alugado, enquanto sonda os preços no mercado.

"O aplicativo exige que a gente use veículos mais novos, então, eu precisei vender o carro que tinha. Desde então, estou tentando comprar outro, mas os preços estão surreais. Não existe mais essa de carro popular, até mesmo os usados estão com preço altíssimo, não tem vantagem em comprar usado hoje em dia", contou.

Aguiar disse ter se assustado com os valores dos juros ao simular um financiamento. "Obviamente, eu não teria como dar o valor todo à vista, e os juros encarecem ainda mais o que já não está barato. Por mais que seja puxado, eu até acredito que o aluguel tem valido a pena. O preço que eu pago hoje mensalmente poderia estar bancando um financiamento, mas, ao final, o carro com certeza já não teria o mesmo valor de mercado, pois estraga e desvaloriza", afirmou. "Mas, com certeza, se os valores estivessem mais em conta, eu já teria comprado um novo", acrescentou.

Longe da realidade

Com preço alto e juros elevados, o sonho de comprar o carro próprio está longe da realidade da maioria dos brasileiros. Veja simulações para o financiamento de um veículo de R$ 60 mil

- Os cálculos consideraram a taxa média do mercado de 28,32% ao ano e a entrada mínima de 10%
- O valor do financiamento pode ficar mais caro com o pagamento do seguro do financiamento e de outras taxas. Esse custo varia de acordo com o carro e a instituição financeira escolhida

EM 12 MESES
Entrada mínima: **R$ 6.000,00**
Valor financiado: **R$ 54.000,00**
Parcela mensal: **R$ 5.219,78**
Valor total a ser pago: **R$ 62.637,38**
Valor total com a entrada: **R$ 68.637,38**

EM 24 MESES
Entrada mínima: **R$ 6.000,00**
Valor financiado: **R$ 54.000,00**
Parcela mensal: **R$ 2.972,79**
Valor total a ser pago: **R$ 71.346,99**
Valor total com a entrada: **R$ 77.346,99**

EM 36 MESES
Entrada mínima: **R$ 6.000,00**
Valor financiado: **R$ 54.000,00**
Parcela mensal: **R$ 2.242,98**
Valor total a ser pago: **R$ 80.747,27**
Valor total com a entrada: **R$ 86.747,27**

EM 48 MESES
Entrada mínima: **R$ 6.000,00**
Valor financiado: **R$ 54.000,00**
Parcela mensal: **R$ 1.891,92**
Valor total a ser pago: **R$ 90.812,00**
Valor total com a entrada: **R$ 96.812,00**

Fonte: idinheiro.com



> **Obviamente, eu não teria como dar o valor todo à vista, e os juros encarecem ainda mais o que já não está barato. Ao final, o carro com certeza já não teria o mesmo valor de mercado, pois estraga e desvaloriza"**
>
> ***Frederico de Aguiar,*** *motorista de aplicativo*

Endividamento

O coordenador dos cursos automotivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Antonio Jorge Martins, afirmou que a isenção fiscal não garante o repasse ao consumidor, além de aumentar os riscos de inadimplência. "A taxa de juros em patamar elevado dificulta a venda dos veículos. Cerca de 70% a 75% dos consumidores recorrem ao financiamento. Os níveis de risco e de endividamento inibem os bancos de concederem esses empréstimos, tornando o custo do crédito ainda mais elevado", afirmou.

De acordo com Martins, na prática, o incentivo anunciado pelo governo não tem condições de reverter o quadro atual. "Há de se esperar novas medidas, bem como redução da taxa de juros nos próximos meses, pois, dessa maneira, será difícil fazer esse desconto chegar na ponta", avaliou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu ontem com a presidente da Caixa, Rita Serrano, e a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros. O tema foi o crédito para compra de carros, com intuito de melhorar a política de juros adotada pelos bancos públicos.

"A taxa de juros continua sendo um empecilho, portanto é importante deixar a emoção de lado e considerar se realmente haverá uma redução real. O governo tem brigado bastante com o Banco Central neste quesito. Sobre o incentivo, ainda não há nada concreto e não sabemos se isso valerá também para os veículos que já estão no pátio da concessionária", observou o analista econômico Caio Mastrodomênico.

Programa deve durar 4 meses

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a medida do governo para reduzir o preço dos carros populares não é um programa de longo prazo, mas pode ajudar a conter o fechamento de fábricas automotivas. "Estou falando de um programa que vai durar de três a quatro meses, não de uma coisa estrutural, mas que pode segurar o fechamento de plantas nessa transição. Você segura a onda no momento que está difícil para o setor", declarou, em entrevista à GloboNews.

Haddad disse acreditar que a taxa de juros no Brasil vai cair e que o programa de redução de preços de veículos é uma transição até que essa queda favoreça o barateamento do crédito. "Nós acreditamos que comece brevemente o ciclo da redução da taxa de juros no Brasil. O próprio presidente do Banco Central tem dito que as coisas estão se alinhando nessa direção. Portanto, é um período de transição que eu acredito ser bastante curto", afirmou.

O ministro repercutiu ainda a falta de cálculo do impacto fiscal da medida: "Era para ter feito a conta até 25 de maio, Dia da Indústria. Não foi possível, porque é muita conta para fazer. E aí o presidente nos deu um prazo de até 15 dias", declarou o ministro, que disse que pretende entregar o impacto da isenção antes deste prazo, possivelmente na próxima semana.

Ele negou que a renúncia fiscal será de R$ 8 bilhões, como calculou uma consultoria de automóveis. Segundo o ministro, o valor não deve chegar a R$ 2 bilhões. "Nem passa perto disso. Não temos condição de acomodar", disse, ao descartar a possibilidade de que a medida dure 12 meses, como defendeu a associação que representa os fabricantes. **(RG)**

PRIVATIZAÇÕES

Galeão e Viracopos sem solução à vista

» HENRIQUE LESSA

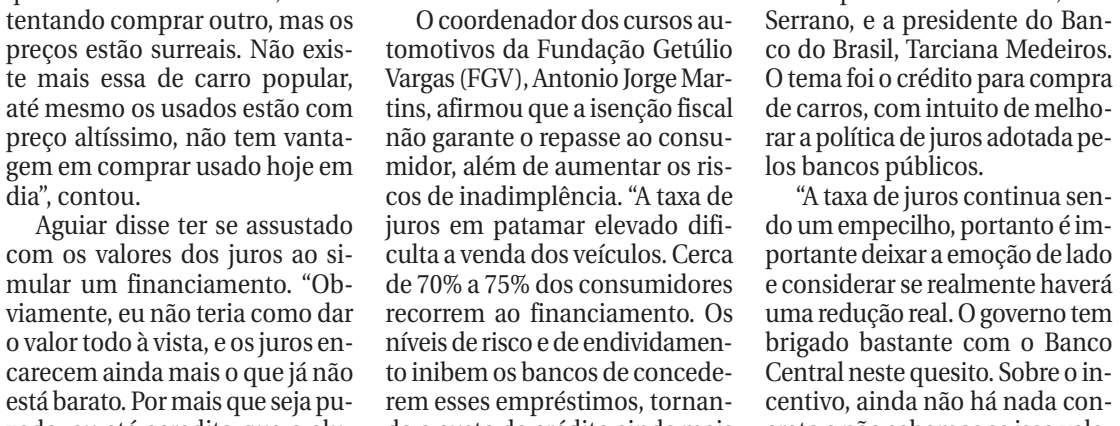
Parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta dificuldades para que as empresas que administram os aeroportos do Galeão, no Rio, e de Viracopos, em Campinas (SP), voltem atrás na decisão de devolver as concessões ao governo federal — a "desistência da desistência", termo usado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para se referir ao assunto, levantado pelas companhias.

Ao analisar a situação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o TCU diz que é altamente improvável que a concessionária Changi, de Cingapura, consiga manter o acordo, devido ao "estado de penúria" estrutural em que se encontra o Galeão, "A continuidade desses contratos passaria não só pela regularização dessa situação, como também pelo pagamento de multas, reposição de garantias e realização dos investimentos obrigatórios que assegurem a prestação adequada do serviço" aos usuários, afirma o parecer.

A análise pondera que, mesmo sem um impedimento legal expresso, o retorno à situação anterior seria improvável, e dependeria de novos estudos que comprovem a capacidade econômico-financeira das empresas em manter em dias as obrigações.

Os técnicos do TCU questionam também a flexibilização do pagamento das outorgas pelas concessionárias. Em outro trecho, apontam que, apesar da possibilidade de uma renegociação nos valores, é pouco provável que as empresas consigam manter esses pagamentos em dia, "dado o estado de penúria financeira em que se encontram", diz o documento.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Aeroporto Internacional do Rio: governo quer evitar a devolução do terminal pela concessionária

Com a relatoria do ministro Vital do Rêgo, a Corte, agora, vai decidir o assunto no plenário, mas o parecer técnico afasta ainda mais a possibilidade preferida pelas empresas e pelo governo, que querem evitar o pagamento de diferenças entre os novos leilões e a indenização por investimentos feitos pelas concessionárias.

No aeroporto de São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana de Natal, único relicitado até hoje, o governo federal repassou o terminal para um novo operador privado por R$ 320 milhões. Entretanto, terá que desembolsar R$ 540 milhões para completar a indenização para a Inframérica, antiga administradora do terminal potiguar.

As empresas pediram para devolver as concessões ao Estado com a justificativa de que a demanda e o faturamento se mostraram menores que o previsto na época dos leilões. Sem sucesso na tentativa em negociar a redução dos valores pagos como outorga na gestão passada, avaliaram ser mais vantajoso devolver essas operações.